



## FIÃES ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

rua padre manuel francisco de sá, 77 | 4505-369  
227441212 | assembleia@jffiaes.pt

### ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FIÃES

## ATA DA SESSÃO Nº 3/2018 - 28 DE SETEMBRO

5

Reuniu-se em 28 de setembro de 2018, pelas 21h30, nas instalações da Junta de Freguesia, sob a presidência de Luís Filipe Cálix, a Assembleia de Freguesia de Fiães, dando cumprimento à convocatória enviada a 18 de setembro para todos os membros que a compõem.

Estiveram presentes: pelo PSD, Luís Filipe Cálix, Maria João Coimbra, Manuel Jasmim Pinho, Zulmira  
10 Ribeiro, Rafael Pinho (em substituição de Francisco Maia), Bernardina Costa (em substituição de David Assunção) e Cláudia Santos; pelo PS, Ivo Gomes, Adelino Sousa, Nelson dos Santos (em substituição de Inês Amorim) e Manuel Santos; pelo CDS, Carlos Bastos; pela CDU, Filipe Moreira (em substituição de Rolando Sousa). Estiveram presentes ainda, pelo Executivo da Junta de Freguesia, António Valdemar Ribeiro, Joaquim José Ferreira dos Santos, Isabel Fontes, Manuel Pinho e Joaquim Ferreira dos Santos.  
15 Antes do início da sessão, o presidente informou sobre os membros ausentes e respetivos substitutos e comunicou que, em Junho, havia recebido de Ivo Gomes, um requerimento para que lhe fosse enviada toda a documentação inerente ao concurso de concessão de exploração do Bar do Monte das Pedreiras. Esclareceu que, nessa altura, não tendo sido possível, por questões técnicas, reduzir toda a documentação a formato digital, foi comunicado que uma cópia de toda a documentação em suporte  
20 de papel estava disponível, na Junta de Freguesia, para consulta pública. Acrescentou que, no respeito pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados, por haver dúvidas quanto à divulgação de dados pessoais de pessoas ou entidades sem o consentimento dos próprios, tais dados haviam sido cobertos a negro nas referidas cópias.

A sessão desenrolou-se em três períodos: I) Período Antes da Ordem de Trabalhos; II) Período da  
25 Ordem de Trabalhos e, III) Período Aberto ao Público.

Todos os documentos de apoio à sessão foram enviados aos membros em 18 de setembro juntamente com a convocatória.

#### I) PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

**Maria Ribeiro** abordou a questão dos caminhos de Santiago. Afirmou sentir muito orgulho em residir  
30 diante dessa via e que, cada vez mais, constatava o aumento do número de peregrinos e de nacionalidades que a usam. Nesse sentido apelou ao executivo para zelar pelo estado e conservação deste percurso.

**Manuel Jasmim Pinho** iniciou a sua intervenção propondo um voto de pesar pelo falecimento do Vereador da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, José Manuel Oliveira. De seguida realçou com

agrado a limpeza efetuada nas margens do Rio às Avestas. Propôs também a criação um caminho pedestre para que as pessoas pudessem passear junto do mesmo. Salientou, ainda, ser importante alargar essa limpeza a ambas as margens do rio, também para ajudar a prevenir a sua poluição.

O Presidente da Assembleia interveio para perguntar quem aprovava o voto de pesar. O voto foi aprovado por unanimidade, tendo-se a ele associado o executivo.

**Filipe Moreira** começou por apresentar o seu voto de solidariedade com os trabalhadores da empresa Pietec que estão em iminência de despedimento, vítimas da desregulação do mercado de trabalho que se assiste em Portugal e na Europa.

Informou que não aceitava a sua senha de presença na Assembleia de Freguesia e que pretendia solicitar à Junta que a entregasse à Tuna de Fiães.

Saudou a Junta pela limpeza do Rio às Avestas, mas que não se podia ficar pela limpeza uma vez que era necessário repor a fauna, que foi destruída ao longo de décadas de poluição dos cursos de água, e também a flora já que isso traria benefícios ao reduzir os custos de limpeza.

Deixou uma recomendação à Junta de Freguesia para que, futuramente, na documentação entregue aos membros da Assembleia, usasse folhas impressas em ambos os lados por razões ambientais e também financeiras.

Referindo-se à segurança dos peões, alertou para a falta de passadeiras em muitas das vias, mas sobretudo da sua inacessibilidade, devido aos passeios e às guias, por parte das pessoas com mobilidade reduzida, e para a falta da sinalização horizontal em articulação com a vertical.

Queixando-se da deposição do lixo fora dos dias de recolha, solicitou que a Junta informasse os Fianenses sobre os dias que estão destinados para isso, recordando que quem não cumprir o horário legal está na iminência de ser alvo de coima.

Referiu ser necessário repensar a colocação dos Ecopontos, dando como exemplo o que está situado nas traseiras da Junta de Freguesia, já que está colocado num local de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. Assim, continuou, o parque deixou de ter estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, situação tão mais grave quando temos aqui ao lado a Segurança Social e nem no estacionamento da frente há lugares para estes cidadãos.

Sendo, por princípio, contra o uso de herbicidas, tem consciência que é difícil às Juntas, por várias razões, não deixar de os usar. No entanto, o seu uso reclama que a população tenha de ser avisada e, mesmo assim, se as pessoas se podem proteger neste casos, o mesmo já não acontece com os animais, havendo no concelho muitos registos de morte de animais por contacto com herbicidas.

Perguntou qual a razão de, ao contrário da prática habitual desta Junta, se ter dado início à pavimentação de ruas sem saneamento básico recordando que, mesmo tendo sido interrompida a obra, houve gasto de dinheiros públicos numa via que será intervencionada no futuro a propósito do saneamento. Rematou afirmando que esta situação também serviu para contraditar a Câmara Municipal quando anuncia há largos anos que todo o município está servido de saneamento básico.

Finalmente, solicitou esclarecimentos à Junta de Freguesia acerca da interrupção da obra da Via Romana, esclarecimentos esses que são devidos não só à Assembleia como também aos moradores daquela zona.

**Bernardina Costa** elogiou a Junta de Freguesia pela requalificação do triângulo da Rua Principal de Chousa de Cima e questionou sobre o autor da escultura lá colocada e qual o seu significado.

**Manuel Santos** propôs, em nome da bancada do PS, um voto de louvor dirigido à Associação Juventude de Fiães pelo seu 15º aniversário que, apesar de diversas dificuldades que enfrentam, continuam a elevar o nome de Fiães. A proposta foi aprovada unanimemente, tendo o executivo da Junta a ela se associado.

**Cláudia Santos** enalteceu o trabalho efetuado pela Junta nas ruas Miguel Torga e da Corga. Pediu à Junta para serem mais céleres em trabalhos futuros e sugeriu a reorganização da postura do trânsito no cruzamento da Corga e no da Columbófila.

**Maria João Coimbra** questionou qual o ponto da situação da Rua Rufino Pinto Ferreira uma vez que, depois da interrupção da obra no verão os trabalhos já tinham sido retomados, mas com a aproximação do inverno poderia haver muitos transtornos para quem a usa.

**Carlos Bastos** quis saber qual a intervenção da Junta em relação ao projeto de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e qual o perímetro que abrangeu a cidade de Fiães.

**Ivo Gomes** reforçou o voto de pesar pelo falecimento do vereador José Manuel Oliveira e associou-se à preocupação manifestada por Filipe Moreira relativa aos trabalhadores da Pietec.

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta.

**António Valdemar Ribeiro** reconheceu que os Caminhos de Santiago estão em muito mau estado. A Junta está em fase de recolha de orçamentos para proceder à limpeza de toda aquela zona, uma vez que tem de recorrer a serviços externos já que o seu pessoal não tem condições para realizar o trabalho. Não obstante, adiantou, conta ter o problema resolvido a breve prazo.

Sobre a limpeza do rio, considerou importante o trabalho feito, valorizando a ligação à água que toda a freguesia tem. A limpeza também permitiu avaliar a possibilidade de se criar um percurso pedestre, sendo também intenção estudar a uma futura ligação da Zona Central ao Rio Uima através de um percurso marginal ao Rio Às Avestas. Informou que, durante a limpeza, para além dos lixos normais que vão parar ao rio por ação do vento ou da chuva, também foram detetados alguns focos de contaminação por outros resíduos, estando a Junta a tentar identificar os responsáveis.

Sobre a situação da Pietec referiu que a globalização tem, de facto, provocado instabilidade no mundo do trabalho e que se deve trabalhar para minimizar os problemas e dar dignidade ao trabalho e aos trabalhadores.

Recordou que a senha de presença tem, efetivamente, de ser entregue ao membro da Assembleia, sendo o próprio a dar-lhe o fim que entender.

Esclareceu que a Junta não entregou documentação em papel para esta assembleia, tendo por norma enviar os documentos em suporte digital, justamente para poupar papel.

Informou que nas obras em curso estava prevista a substituição e/ou retificação da sinalética horizontal e vertical. Tomando boa nota, agradeceu a chamada de atenção para o problema das guias e dos passeios no que se refere à acessibilidade às passeadeiras por parte das pessoas com mobilidade reduzida, reconhecendo que, lamentavelmente, tal não foi tomado em atenção. Ter as guias rebaixadas será uma mais valia para a freguesia, concluiu.

Reconheceu que, efetivamente, ao contrário do que já havia prometido, ainda não tinham sido realizados avisos à população sobre os dias e períodos destinados à colocação de lixo na via pública para recolha. Referiu que, apesar de se tratar de uma informação que é veiculada regularmente nos órgãos de comunicação local, a Junta irá reforçar essa comunicação o mais rapidamente possível.

5 Sobre a colocação dos Ecopontos, referindo-se em particular ao que está nas traseiras da Junta de Freguesia, concordou que aquele era provavelmente o menos bem utilizado já que, mesmo que limpo à sexta-feira - como acontecia com todos - no sábado seguinte, já estava cheio de lixo. Entende também que aquele não é o melhor local para ter um estacionamento para pessoas com deficiência, fazendo mais sentido trazê-lo para o parque na frente da Junta de Freguesia e da Segurança Social.

10 Sobre a questão dos herbicidas, concordou que aquele era não apenas um problema da freguesia mas de todo o país e que, lamentavelmente, não havia condições de evitar o seu uso dada extensão das ruas a limpar. Reconheceu que era importante avisar a população dos locais onde ele é usado e que a prática habitual, apesar de legal, era nesse aspeto, insuficiente já que o aviso era feito através de edital. Informou que, no futuro, os funcionários passariam a avisar as pessoas desses locais sempre que  
15 usassem herbicida para a limpeza das valetas.

Devido a um erro do empreiteiro, que provavelmente confundiu a Rua da Curtinha com a Rua da Corga, houve, de facto, pavimentação no início de uma rua onde não há ainda saneamento. Como tal, foi-lhe ordenado que se parrasse essa pavimentação.

Sobre a Via Romana, depois de resumir os acontecimentos desde que o PS apresentou um pedido de esclarecimento ao IGESPAR sobre a intervenção que estava a acontecer na Zona Industrial, o presidente da Junta esclareceu que, de acordo com o teor do mail recebido pela Câmara Municipal em fevereiro, não haviam sido encontrados vestígios de calçada romana naquele troço da via, mas que qualquer intervenção a realizar teria de ser acompanhada por técnicos daquele instituto. Adiantou que havia estado reunido, na quarta-feira anterior, com o Eng. Topa Gomes, responsável pelas obras  
20 públicas do município, para identificação das prioridades para Fiães, sendo essa uma delas, não para este ano mas para 2019.

Relativamente à escultura de San Damon, explicou que ela tinha sido oferecida pelo prestigiado escultor ao município e que Fiães tinha aproveitado. Simbolizava o ser pensador, pelo que qualquer pessoa se podia rever na obra e que, tal como toda a arte contemporânea, era de interpretação  
30 subjetiva e alvo de controvérsia. Por outro lado, a sua instalação veio provocar a requalificação daquele espaço, e juntar-se ao pedido já feito às Infraestruturas de Portugal para o reordenamento do trânsito naquela zona que, como é sabido, sofre de alguns conflitos de circulação entre as vias locais e a EN326. Trouxemos arte para Fiães, rematou.

Acerca do Largo de São Domingos, sublinhou que havia uma pressão constante para se concluir a obra e também constantes promessas e adiamentos por parte do empreiteiro que, pelo que sabia, enfrentava falta de mão de obra. Acreditava, no entanto, que a fase de calcetamento se iniciaria em breve.

Reconheceu que a pavimentação na Rua Miguel Torga havia demorado muito mais do que o desejável. Tratava-se de uma obra que deveria ter sido concluída no ano passado mas que havia situações que  
40 não dependiam apenas do esforço e pressão da Junta.

Relativamente aos cruzamentos da Corga e de Penoucos, confirmou que era um desafio a organização do trânsito naquelas zonas e que iria ser estudado o assunto.

Em relação às obras da rua de Rufino Pinto Ferreira, referiu que compreendia as queixas, mas que, sempre que havia obras deste tipo – lembrando que estavam em curso as obras de requalificação da zona central – era inevitável algum transtorno. Informou que naquela mesma tarde havia falado com o empreiteiro e com o vereador responsável, pressionando para que fosse dada a maior atenção à obra para que, até aos Fiéis, fossem minimizados os transtornos de circulação dada a grande afluência de trânsito na zona, naquela altura.

Sobre a ARU, disse não conseguir precisar o perímetro de intervenção com exatidão por não ter consigo o mapa, mas disponibilizou-se para informar ulteriormente. Adiantou apenas que, apesar de se aplicar na chamada Zona Central, a intervenção irá excedê-la um pouco, indo o mais além que foi possível.

## **II) PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**

### **Ponto Primeiro - Aprovação da ata da sessão da assembleia anterior**

Antes de passar a palavra aos membros da Assembleia para eventuais intervenções, Luís Filipe Cálix deu conta de um email enviado pelo PS reclamando sobre três questões incorretamente descritas na ata: uma, sobre o comunicado apresentado pelo presidente da Junta alegando que o texto podia facilmente ter sido copiado e colado na ata, uma vez que foi lido, e tornando assim a descrição mais fiel ao que foi dito; outra, acusando a ata de reduzir a zero a intervenção de Marco Pinho, e uma outra alegando que foram omitidos na ata dois votos de pesar.

O presidente da Assembleia começou por esclarecer que não havia qualquer omissão relativamente aos votos de pesar, uma vez que esse tinha sido um assunto discutido na sessão de abril e não na de junho. Relativamente à não transcrição do comunicado do presidente da Junta, era de opinião que as atas devem refletir o que de essencial se passa nas reuniões - não tendo de reproduzir integralmente o que se diz, resumindo-o – o que, de facto, aconteceu, não se perdendo a essência da intervenção em causa. No que se referia

à intervenção de Marco Pinho, recordou que ela foi sistematicamente interrompida transformando-a quase numa conversa, o que tornou muito difícil reduzi-la a texto. No entanto, sublinhou, o assunto viria a ser recuperado no período de respostas, onde o próprio presidente da Junta foi suficientemente explícito e descritivo sobre toda a situação, tal como descrito na ata. No fim, ainda sobre a qualidade das atas, não deixou de elogiar o trabalho dos secretários.

**Filipe Moreira**, recordando que não podia votar a ata por não ter estado presente, declarou que a ata, mesmo que sintética em alguns pontos, na generalidade, representava o que se tinha passado na assembleia, nomeadamente no que se referia quer à intervenção do membro da CDU presente, quer à sua própria intervenção enquanto membro do público, pelo que não via pontos que não levassem a uma votação positiva da ata, caso pudesse votar.

**Ivo Gomes** informou que, relativamente à ata não retirava nada do que tinha dito exceto no que se referia aos votos de pesar, reconhecendo o lapso e apresentando desculpas por isso. Afirmou que, sendo muito descritiva, a ata não tinha de ter palavras que o presidente não havia dito. Que, já suspeitava que, relativamente à intervenção de Marco Pinho, a desculpa era que tinha havido muitas intervenções, mas que isso já tinha acontecido noutras assembleias e foi sempre mais ou menos

transcrito o que aconteceu. Que, quem ler a ata fica com a ideia que não houve intervenção de Marco Pinho, e que não chega dizer que foram colocadas questões mas é preciso dizer quais as questões e as respostas que lhes foram dadas. Informou que tinham gravado a reunião, e que podiam facultar o gravador para alterar a ata, comprovando que o que o presidente da Junta disse não correspondia ao

5 que está escrito, o que classificou de grave. Sugeriu que, não havendo nada a esconder, se publicasse o audio da reunião no *site* da Junta e, assim, toda a gente ficava a saber, tintim-por-tintim, o que se dizia aqui e o que não se dizia. Desta forma, os secretários ficavam livres, sem ter de fazer atas. “Se não têm nada a esconder, publiquem o audio e depois vemos se o que está escrito condiz com o que está na ata”, concluiu.

10 Carlos Bastos disse que estava admirado com a forma como a ata é elaborada coma a ajuda do gravador. Que, tinha reforçado a intervenção de Vitor Gonçalves e que ela não existia em vinte por cento da ata. Que, naquele momento, com as dúvidas que tinha, sugeria que o presidente mostrasse em audio a gravação, que assim se tirava a prova dos nove. “Se o Sr. Presidente tiver a coragem...”, desafiou a concluir.

15 Antes da votação, o presidente da Assembleia comentou as intervenções. Começou por afirmar que, a haver algum dispositivo de gravação audio para além daquele que era usado pela mesa – deixando claro que não estava a afirmar que tal não era permitido – no mínimo, deveriam ser todos informados disso, o que reputou de grave. Na verdade, estava-se a gravar às escondidas, sem autorização do presidente, sem autorização da mesa nem dos restantes membros da assembleia, que mereciam esse

20 respeito. Continuando, referindo-se à intervenção de Marco Pinho, achava que seria até melhor que as coisas ficassem assim já que tinha havido afirmações dirigidas à entidade patronal que, se calhar, era melhor não ficarem escritas. Além disso, assegurou ter ouvido várias vezes o audio da reunião e constatou que o discurso era perfeitamente errático, durante a maior parte do tempo, não só por culpa própria mas também por ele ter sido interrompido várias vezes e que todos os presentes tinham percebido isso claramente. Finalmente, esclareceu que não tinha problema nenhum em tornar público

25 o audio da reunião e que tinha ali uma ata de dezasseis páginas, suficientemente descritiva da reunião – como comprovava o feedback que há pouco tinha sido dado (N. do A., referindo-se ao comentário de Filipe Moreira) – e que a ata não podia ter as palavras todas de tudo o que foi dito porque então, em vez de dezasseis, teria eventualmente umas cinquenta páginas. Na concussão, insistiu que tinha completa confiança nos secretários, achava que estavam a fazer um trabalho excelente, tanto mais que, às vezes era muito difícil colocar em texto o português oral.

30 Antes de se passar à votação, o presidente recordou os cinco membros que não podiam votar por não terem estado presentes na sessão anterior.

Ivo Gomes tentou intervir de novo mas tal não lhe foi concedido, justificando o presidente que ele já

35 tinha tido o seu tempo e que não queria transformar o assunto num debate.

A ata foi aprovada com cinco votos a favor (eleitos do PSD) e três votos contra (dois eleitos do PS e eleito do CDS) de entre os oito membros em condições de votar.

**Adelino Sousa**, já depois da votação, pediu para fazer uma observação/correção à ata, para memória futura, advertindo que a comissão que figurava na ata sob a sigla CCDRM não existia, pelo que o pedido

de esclarecimento que a ela foi feito não ia ter resposta. O que existia era CCDRN, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O presidente esclareceu que se tratava de uma gralha e não de um erro. Agradecendo a chamada de atenção, só lamentou que ela não tivesse sido feita aquando da discussão da ata. Elucidou ainda que o pedido por email havia sido enviado para entidade correta.

**Carlos Bastos** apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: “O meu sentido de voto é contra a aprovação da ata por esta não condizer com a verdade proferida na Assembleia de Freguesia anterior. Portanto, existem factos omissos na ata, detalhes que ficaram no esquecimento. Este tipo de situações não deveria suceder, pois a mesa recorre das gravações efetuadas durante a Assembleia como ferramenta na redação da ata, e assim não fugir aos factos deliberados em Assembleia de Freguesia”.

**Luís Cálix** pediu que completasse e que apontasse os erros.

**Carlos Bastos**, retorquiu dizendo que o presidente não era seu professor nem ele era obrigado a ser doutor e afirmou: “que seja a última vez, eu não andei consigo na escola, eu quero que me respeite; agora, se o senhor vem para aqui dar aulas, calma aí; eu sou sapateiro, não sou doutor nem professor como o senhor, com muito orgulho e muita honra; não tenho a mesma conduta do sr. Presidente, da não transparência.”

**Luís Filipe Cálix** insistiu que agradecia que, no futuro, todas as declarações de voto fossem específicas e apontassem erros porque fazer opiniões gerais sobre documentos tão extensos era por tudo em causa.

**Ivo Gomes** fez um ponto de ordem à mesa dizendo que o presidente não tinha de fazer comentários a uma declaração de voto e que, só por isso, a declaração de voto do PS passava a ser rigorosamente igual à do CDS.

**Luís Filipe Cálix** concordou que o Presidente da Mesa não tinha de fazer comentários a uma declaração de voto, mas que não podia ficar calado quando se punha em causa todo o trabalho e se lançava uma nuvem de suspeição com acusações graves. Concluiu afirmando que o Presidente da Mesa até por uma questão de respeito do seu próprio trabalho e dos seus secretários não podia simplesmente ouvir e calar.

#### **Ponto Segundo - Informação sobre a atividade e situação financeira da freguesia.**

Foi dada a palavra ao presidente da Junta que, antes de a conceder ao Tesoureiro da Junta, e sem querer interferir no trabalho da Mesa, aconselhou mais calma no tratamento das questões. De seguida, Joaquim José Ferreira dos Santos informou sobre a atividade e situação financeira da freguesia. No final, ficou à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

**Filipe Moreira** afirmou não ter nada a referir quanto à integridade das contas mas que, do ponto de vista político, podia fazer até uma dissertação, levantar algumas dúvidas e pedir questionar a Junta nesse sentido.

Realçou haver uma gralha no documento apresentado, pois indica o período que vai desde 01/01/2018 até 31/12/2018, o que convinha corrigir para não azo a erros de interpretação. Abordou a questão da despesa referente ao “pessoal em qualquer outra situação” referindo que, pelo conhecimento que tinha, o recurso a esta mão-de-obra não se fazia sentir na melhoria da qualidade do trabalho das Juntas

de Freguesia, nem mesmo na qualidade de vida desses trabalhadores. Na sua opinião, poderia haver mobilização de recursos de outras rubricas – que dificilmente chegam ao final com plena execução - para esta, permitindo assim a contratação de outro funcionário para Junta. Neste momento, as Juntas já podem contratar e a freguesia ganhava mais em ter mais um funcionário a tempo inteiro, concluiu.

5 Sobre a rubrica “material de educação cultura e recreio” disse ser haver um grau de execução baixo, tendo em conta que já decorreu mais de metade de um ano letivo, dando como exemplo a situação das escolas EB1 da Avenida e de Vendas Novas que ainda não tinham auferido qualquer montante dos trezentos Euros que lhes estavam atribuídos.

apontou o mesmo para associações como a do Centro Social Padre José Coelho, o Grupo Columbófilo de Fiães e os Bombeiros de Lourosa, enfatizando as necessidades destes últimos, designadamente durante os meses de verão, quando precisam mais de apoio.

Referiu-se também à rubrica relativa às Habitações Sociais que, apesar dos dez mil euros atribuídos foram gastos zero, problema tão mais grave quando é conhecida a necessidade urgente de obras, fruto dos graves problemas que enfrentam.

15 Reclamou igualmente da muito baixa execução relativa à verba designada para sinalização e trânsito, sendo que a questão da sinalização era um problema recorrente abordado nestas reuniões, dando como exemplo as situações da passadeira junto da Farmácia Central e dos acidentes que acontecem regularmente na zona do Crédito Agrícola, que reclamam uma intervenção urgente, sendo que há muito dinheiro disponível no orçamento para esta rubrica.

20 Sobre a beneficiação da Casa Mortuária quis saber se ela estava concluída ou não, tendo em conta o baixo valor gasto até à data, em função do montante às obras atribuído.

Finalmente, apontou a mesma gralha das datas no que se refere às receitas e pediu esclarecimentos sobre, as rubricas “Continente” e “Câmara”.

**Adelino Sousa** manifestou opinião de que as contas deveriam ser apresentadas em papel ao público, tal como já o havia referido várias vezes. Não era suficiente dizer os valores da despesa, da receita e a taxa de execução já que o público, sem ver o documento não podia apresentar dúvidas. Era importante que o presidente fizesse uma exposição mais ou menos sintética do documento para que o público pudesse perceber do que se está a falar. Quanto à bancada do PS, quando tivesse dúvidas iria fazer como já fez, isto é, consultar os documentos.

30 Foi dada a palavra ao presidente da Junta para respostas e esclarecimentos.

**António Valdemar Ribeiro** informou ser intenção contratar mais pessoal para a Freguesia. Que, havia trazido recentemente um mapa de pessoal onde já estava previsto mais um funcionário para preencher a vaga criada, mas que mesmo assim, queria trazer um novo mapa de pessoal, talvez na próxima assembleia, para poder contratar mais um funcionário, tendo em conta que é manifestamente insuficiente o número de pessoas que está ao serviço da freguesia. Concordou que a qualidade do trabalho aumentava quando havia um vínculo contratual e que era esse o objetivo da Junta, contratar pessoas.

Em relação à rubrica sobre educação cultura e recreio, explicou que se referia ao programa de limpeza das salas de aula, tratando-se de dinheiro que entregue pela Câmara e que era nesta altura,



habitualmente, que a escolas o pediam e recebiam por inteiro – tal como tinha acontecido esta semana com a EB1 da Avenida - ficando depois a fazer a sua gestão durante o resto do tempo.

Informou já terem sido atribuído seis mil euros ao Centro Social Padre José Coelho, para ajuda à construção da cozinha, o que aconteceu logo em janeiro. Relativamente aos duzentos e cinquenta Euros em falta, isso deve-se ao facto de a instituição só fazer a recolha das cotas dos seus associados – recordando que a Junta era o sócio n.º 1 – no mês de dezembro.

Explicou que o mesmo se passava em relação aos Bombeiros. Que, era em dezembro que eles se confrontavam com mais limitações já que durante o período dos incêndios há mais trabalho mas também mais ajudas e solidariedade, ficando o resto do ano um pouco no esquecimento.

Quanto à Columbófila, esclareceu que a ajuda é habitualmente entregue durante o jantar anual de entrega de prémios, apesar de haver sempre disponibilidade para ajudar as associações, em qualquer altura, mediante protocolo assinado, tal como aconteceu no início deste ano com a maior parte delas. Referente à sinalética das estradas repavimentadas, esclareceu que está contemplada, em concurso, para a sua colocação. Relativamente à Casa Mortuária o montante previsto destina-se ao aumento da pala para proteger da chuva toda aquela entrada, sendo lançado o concurso da obra em breve. Ao mesmo tempo, já que a utilização do interior fazia com que os empreiteiros não aceitassem trabalhar e estar sempre a interromper o trabalho, as obras de requalificação tinham de ser feitas a espaços pelos próprios funcionários da Junta.

Concordou que as habitações sociais estavam num estado deplorável, mas que era sabido estar a decorrer – não soube dizer se estava já concluído - um concurso para as suas requalificações, sendo que as verbas previstas no orçamento se destinavam não a esta questão mas sim aos edifícios da freguesia.

Esclareceu que a receita inscrita como “Continente” não tinha a ver com lojas comerciais mas que era a designação de uma rubrica proveniente da câmara.

Finalmente, concordou com a sugestão de Adelino Sousa, referindo que fez bem em relembrar que o público deveria ter acesso aos documentos e que teria isso em conta em próximas assembleias.

**Ponto Terceiro - Apresentação e aprovação do primeiro aditamento do Contrato de Delegação de Competências e Acordo de Execução entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.**

O Presidente da Junta apresentou, lendo na íntegra, o documento citado. No final, explicou resumidamente que com, este aditamento, torna-se possível que a Junta de Freguesia passe a poder assinar acordos com entidades singulares para possíveis alargamentos, em que a Câmara fornece materiais ou recursos financeiros, ficando assim estabelecido o seu apoio nestas obras. Recordou que havia alguns alargamentos em vista, alguns já apresentados, daí a necessidade deste aditamento para que as obras pudessem ser feitas.

**Adelino Sousa** afirmou que, apesar de ter lido o documento várias vezes, não tinha chegado a conclusão nenhuma. Que, achava que era mais correto dizer que este aditamento era por causa “disto, disto e disto”. Na sua opinião, só comparando com o contrato anterior se podia perceber o que este aditamento vinha alterar, o que deveria ter acontecido; o documento devia ter lá a Cláusula Dois antiga, e não tinha; não tendo, não dava para comparar. Acrescentou que o presidente sabia bem a razão deste aditamento e que agora percebia que, antes, para fazer alargamentos com cedência de

materiais da Câmara ele não podia intervir e, se calhar, interveio e agora este aditamento era por causa disso. Correta ou não, essa era a sua interpretação, concluiu.

**Filipe Moreira** informou que iria votar favoravelmente ao aditamento ao contrato, em consonância com o voto aquando da apresentação do contrato completo, mas que não podia deixar de fazer alguns comentários advertindo que isto era uma faca de dois gumes: se, por um lado, era um facto que o dinheiro numa Junta era mais bem administrado do que numa Câmara ou na Administração Central, também era verdade que as Juntas não estavam propriamente dotadas de pessoal e equipamentos que possibilitassem a intervenção em obras; por outro lado também havia um aspeto positivo já que o dinheiro se aproximava agora das Juntas de Freguesia, não sendo necessário esperar que a Câmara Municipal deliberasse para que algumas obras ocorressem. Sobre a questão da delegação de competências, estabeleceu ainda uma ligação com o que vinha aí da parte do governo central relativamente às autarquias - que classificou como desresponsabilização - e que iria deixar as Câmaras e as Juntas numa situação difícil e perigosa, dado que passariam a depender mais de fundos comunitários para a execução daquilo que hoje depende do governo central, pondo em causa a autonomia e a autossuficiência das Câmaras Municipais, com consequências para as juntas de Freguesia que vão receber muito mais encargos sem ter condições humanas e materiais para os executar.

O Presidente da Junta concordou que as Juntas não estão capacitadas em termos materiais, técnicos e humanos para levar a cabo uma série de competências que querem atribuir às juntas de Freguesia.

Este ponto foi aprovado com oito votos a favor (eleitos do PSD e CDU), e cinco abstenções (eleitos do PS e CDS).

O PS apresentou declaração de voto. Ivo Gomes informou que o PS se tinha absterido apesar de estar a favor da regra em geral, mas que tinha algumas reticências relativamente à fórmula. Por isso, iriam estar atentos, iriam continuar a consultar os documentos porque parecia que essas consultas estavam a gerar estes pequenos aditamentos que têm surgido e, se isto estava a acontecer um pouco por todo o concelho, por alguma razão era.

## **II) PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO**

**José Manuel Barros** questionou o presidente da Junta se esta tinha ao seu serviço um avençado, algum engenheiro agrónomo que prestasse serviço de apoio e assessoria à Junta.

Questionou também qual a razão se as obras da escola secundária ainda não terem começado e “qual a desculpa agora em vigor” já que se tratava de um assunto recorrente e que havia sempre uma desculpa diferente para cada atraso. Afirmou que tinha conhecimento que o pavilhão gimnodesportivo tinha sido esvaziado de materiais no final do ano letivo - fazendo sentido que as obras tivessem começado durante as férias escolares, como havia sido adiantado - mas que tudo tinha voltado ao voltado ao pavilhão no início do ano, dado novo atraso. Perguntava, por isso, a esta assembleia qual a razão da demora e qual a nova data para o início das obras, sendo que estava a terminar o prazo previsto no Programa 2020.

Focou o problema do Glifosato, esclarecendo que apesar de ser contra a sua utilização não era sobre isso que queria falar, mas sim de uma dada aplicação que havia sido feita em Fiães. Referiu que apesar de ter procurado na Junta, no *site* e no Facebook não tinha visto o edital respetivo, mas que mesmo

assim desvalorizava isso já que se tratava mais de um problema de segurança para a população do que um problema legal, devendo por isso a população ser informada corretamente dos momentos e locais da aplicação.

Além disso, a fotografia que tinha visto mostrava que o produto estava a ser aplicado de cima da carrinha da Junta, ou seja, uma pulverização à toa; ainda por cima, a situação era junto ao Patronato o que contraria a nova legislação, que proíbe a aplicação do produto junto a estabelecimentos de ensino, além de que, dada a proximidade do Rio Às Avestas, também ficava em risco essa linha de água. Assim, questionou também a Junta de Freguesia se podiam garantir que a aplicação de herbicidas, em Fiães, respeitava cem por cento a lei no que se referia à informação do local e momento da aplicação bem como ao produto usado.

Abordou a situação da empresa “Pietec” comentando que não se trata de um processo de globalização, como tinha sido dito, mas sim de “sacanização”, pois andavam a despedir pessoas para, de seguida, as voltar a empregar, contrariando, em última análise, uma das premissas - relativa à criação de postos de trabalho - que levou o projeto da empresa a ser aprovado como PIN, já que feitas as contas iriam despedir seis trabalhadores. Tendo em conta o problema, estava à espera de uma posição mais forte por parte da Assembleia e questionou se realmente estavam conscientes do que se tratava.

**Domingos Castro** falou sobre a limpeza de ruas reclamando, mesmo consciente da falta de meios, mais cuidado nas ruas principais - aquelas de atravessamento para outras freguesias - como a Rua Ulfilanis ou a Rua do Regadio, que têm muita vegetação e muito crescida. Na sua opinião, a Junta deve sensibilizar as pessoas para limpar a rua na frente das suas casas, algo que ele próprio faz, mesmo tendo uma frente de quase cem metros.

Focou o mau estado do piso de algumas das estradas perguntando para quando uma intervenção. Deu como exemplo as estradas que escoam o trânsito vindo da Escola Secundária e também a Rua Central, entre o café Monte Carlo e o café Centro.

Salientou ainda a necessidade da vedação da Presa para precaver eventuais acidentes, dado tratar-se de um local bastante perigoso, porque recebe muita água, e não estar protegido apesar de preparado para isso. Alertou para a necessidade de responsabilizar as coletividades que ocupam instalações pública para que as zelem devidamente. Citou dois exemplos opostos: quem tomava conta das instalações da antiga escola do Grandal, cuidava delas de forma exemplar, ao passo que, quem estava na escola de Soutelo, não tratava de nada.

Finalmente, sobre a postura de trânsito, reclamou a necessidade de colocação um sinal de aproximação de estrada com prioridade no fim da rua de Fiães ao chegar à rua de Passais, alertando que o espelho lá colocado não era suficiente para a segurança da circulação.

**Manuel Abílio** falou sobre os Caminhos de Santiago, Rua da Estrada Real, não compreendendo a razão para a obra não estar concluída. Que, estava contente com o que tinha ouvido sobre as obras mas que só acreditava quando visse. Chamou à atenção para os resíduos da Eurogalva depositados em pleno caminho e para o barulho criado à noite pela empresa, deixando claro que nada tinha contra ela, mas que era uma questão de respeito porque as pessoas precisavam da noite para descansar. Alertou também para o perigo de incêndio naquela zona, junto ao estacionamento de automóveis, dado o terreno contíguo estar praticamente cheio de palha seca.

**Celestino Marques** iniciou a sua intervenção alertando para a necessidade de colocar uma convocatória da Assembleia também no café Florestal, e que ao contrário do que o Presidente da Assembleia havia prometido anteriormente, aquela zona da freguesia continuava esquecida quanto à divulgação destas reuniões.

5 Sobre a “Casa do Gaio”, compreendia que não se comprasse o imóvel, que não se chegasse a acordo, etc., mas o que era facto é que se tinha iniciado lá uma obra de recuperação e queria, por isso, saber se havia novidades em relação à casa e qual o ponto da situação.

Alertou também para a situação da escadaria ou da varanda degradada da casa situada um pouco acima, sinalizada com fitas há demasiado tempo, e questionou a Junta se já tinha realizado alguma  
10 diligência com vista ao acautelar de eventuais acidentes.

Relativamente ao espaço onde foi instalada a escultura, reconheceu estar lá um bom jardim, mas que os passeios e guias à volta mereciam um arranjo, já que estava tudo partido e destruído.

Sobre os Ecopontos, na sua opinião deveria haver horas decentes para recolher esses lixos já que duvidava que, fazê-lo à meia noite ou uma da manhã, não violasse as leis relativas ao silêncio noturno.

15 Sobre a recolha do lixo, por residir num local onde ela é feita às seis da manhã, reclamou igualmente do excessivo barulho que os trabalhadores fazem àquela hora, não apenas o barulho do camião mas as próprias conversas ou discussões entre eles, e solicitou à Junta que fizesse uma chamada de atenção à empresa sobre estas questões.

**Pedro Leal** recuperou o tema das obras na Escola Secundária, questionando de novo a data do seu  
20 início, sublinhando que se tratava de um assunto que o preocupava particularmente já que se lembrava perfeitamente da forma fervorosa com que o Executivo Municipal tinha defendido os contratos de associação de um colégio aqui de perto. Confessou que lhe afligia este atrasar constante das obras e questionou o presidente da Junta sobre as diligências que já tinha feito e qual era a data efetiva para o seu começo.

25 Concordou com a posição de Adelino Sousa quando ele referiu que se deveria apresentar visualmente as contas da freguesia ao público. Entendia que se tratava de uma falta de consideração pelos presentes que ouviam falar de certos números, mas não percebiam patavina do que se estava a falar. Finalmente, dirigindo-se ao presidente da Assembleia referiu que as atas têm sido algo que suscita sempre alguma celeuma e por isso deveria haver um grande cuidado com elas. Isto porque o presidente  
30 tinha admitido que, de certa forma, a ata tinha sido omissa em alguns pontos, pelo que tinha entendido, até para preservar quem tinha falado, sendo que, na sua opinião, quem fala é responsável por aquilo que diz e pelos seus atos, pelo que não era necessário defender ninguém; deviam antes transcrever aquilo que se passou para que, caso não viesse à Assembleia de Freguesia, pudesse consultar a ata e ter perfeita noção do que ali se passou.

35 Venceu que aquela situação não explicava, mais uma vez, a forma lamentável e o baixo nível do discurso que se assistiu nessa parte. Lamentou que algumas pessoas não se tivessem ainda apercebido que haviam sido eleitas por fianenses para representar fianenses, e que não estavam ali numa discussão de café. Na conclusão, dirigindo-se ao representante do CDS, disse que a educação não vinha com o grau de escolaridade nem com a profissão.

**Vítor Gonçalves** disse esperar que a sua intervenção enquanto membro do público tivesse mais atenção do que a que teve enquanto membro da bancada do PS, e aproveitou para agradecer a intervenção de Carlos Bastos, a seu respeito, quando afirmou que a sua intervenção não havia sido, de todo, reproduzida convenientemente na ata. Dirigindo-se ao presidente da Assembleia, reconheceu

5 que se passava realmente muito tempo a discutir atas mas que tinha noção de que, finalmente, o presidente tinha percebido a importância que a ata tinha, já que ele tinha assumido a necessidade de suavizar o que tinha acontecido. “Nada mais errado, não tinha que suavizar coisa nenhuma, tem que reproduzir o que na realidade aconteceu”. Continuando, esclareceu que era esse o propósito da ata: demonstrar o que acontece e ser um meio de prova para responsabilizar, se necessário, intervenções,

10 atitudes, o que se quisesse. Não querendo dar aulas, disse estar apenas a passar conhecimento para alguém que ainda não estava ainda enquadrado com a função que tem. Concluiu, valorizando o nobre trabalho do presidente e dos secretários, mas advertindo que a sua única função era conduzir os trabalhos da reunião.

Dirigindo-se ao Executivo, reconheceu positiva a demolição (N. do A., referia-se à “Casa do Canastro”),

15 percebia que a obra havia sido condicionada pelo *timing* da chegada da festa, possivelmente para a fazer face a alguma promessa a algum elemento da organização, mas que o que era certo é que se tinha passado por cima de determinados procedimentos, na sua opinião, básicos, e quis saber se era verdade que tinha falecido uma pessoa dentro do perímetro da obra, tendo explicado que quando uma obra implica algum tipo de condicionamento da via pública, então essa via pública também passa a

20 estar abrangida pelo espaço de intervenção da obra. Disse que, mesmo antecipando o argumento de que se tratava de uma obra da Câmara, que esperava que a Junta acompanhasse, fiscalizasse e chamasse a atenção quando os procedimentos não eram adequados. Questionou também o Executivo sobre se eram para continuar esses atropelos à lei que “temos o aspeto prático do que é que depois vêm a determinar: são este tipo de situações”.

25 Finalmente, quis saber o que estava programado em termos de intervenção para aquele espaço, que era agora um parque em terra, e quando começava dado que se aproximava o inverno, vinham as chuvas, e poderiam criar-se uma série de situações complicadas.

**Tóni Valente** abordou o problema das obras junto à capela mortuária apresentando uma série de críticas e preocupações: que, as obras haviam começado em junho e passado este tempo apenas se vê

30 lá uns passeios feitos à pressa, trabalhadores que confessam que não sabem o que estão lá a fazer e que inventam trabalho só para se mostrar ocupados; que, com a chegada das chuvas e a estrada acima do passeio havia risco de inundação por exemplo de um espaço comercial; que o futuro parque de estacionamento, onde estava agora o estaleiro das obras, não ia ter mais luz do que a que lá está – apenas os postes atuais iriam ser redistribuídos - sendo sabido que aquela zona tem pouca luz o que

35 seria ainda mais grave quando lá estivesse o estacionamento; que, os passeios na rua de acesso à Rua da Cerejeira não podiam ser usados por pessoas com mobilidade reduzida, e que seria melhor alargar um deles, já que continuam inacabados, e deixar o espaço do outro para a estrada; que, lhe haviam dito que as três fases da obra durariam dois anos, questionando a manutenção do estaleiro naquele espaço, já com obra pronta, todo esse tempo, sendo que usar o terreno em frente da Junta seria mais

40 sensato e de fácil acesso; que, já havia zonas passeios a querer abater e tampas que já tinham abatido

e ainda nem se tinha começado a estrada e que, o presidente devia passar lá mais vezes, sendo que os trabalhadores lhe tinham dito que não sabiam quem era o presidente de Fiães, o mesmo não acontecendo com o de Lourosa. Queixou-se ainda que o estaleiro era usado para Fiães e para Lourosa e que os trabalhadores passavam mais tempo em Lourosa do que em Fiães.

5 Findo o período de questões do público, foi dada a palavra ao presidente da Junta para respostas e esclarecimentos.

**António Valdemar Ribeiro** esclareceu que a Junta não tinha nenhum engenheiro agrónomo.

10 Sobre as obras na Escola Secundária informou que tinha havido uma reunião na passada quarta-feira e que, hoje mesmo, tinha sido assinado o contrato com o engenheiro que vai fiscalizar a obra, estando o seu início apenas dependente da entrega, pela empresa, do certificado de segurança. Informou que brevemente, talvez já na semana seguinte, iria haver uma reunião entre Junta/Câmara/Empresa/Escola/Associação de Pais para delinear locais e datas de intervenção, minimizando o impacto da obra.

15 Sobre aplicação do Glifosato, reconheceu que nunca tinham usado a página da Junta nem o Facebook para veicular essa informação e entendia que a melhor forma de avisar os moradores seria colocar uns papeis na caixa de correio ou nos postes, sendo essa a prática que passariam a adotar no futuro.

20 Sobre a proposta de limpeza, dita prioritária, das ruas principais, esclareceu que a Junta limpava todas as ruas dando a mesma importância a cada uma delas. Deu como exemplo que ainda hoje tinham andado a limpar a Travessa Ernesto Francisco Coelho, uma rua em terra batida e outros materiais que, praticamente, dá acesso a apenas duas casas, sublinhando que limpavam também nos sítios mais esquecidos de Fiães; deu mais exemplos, como a própria zona da Rua do Regadio, antes do Lavadouro, onde eram bem visível a limpeza que lá estava a ser feita. Esclareceu que em cada local onde andam a limpar, passa lá todos os dias para ver e controlar o trabalho que é feito.

25 Concordou que era importante a sensibilização das pessoas para as questões da limpeza, quer fosse com a deposição dos lixos quer com a limpeza das suas frentes de rua, sendo que iria ser criados uns panfletos para distribuir à população com comunicação desse tipo, sempre com cuidado de esclarecer que não se tratava de passar aos moradores responsabilidades da Junta de Freguesia, mas sim de pedir a colaboração deles na limpeza da freguesia.

30 Sobre a pavimentação, concordou que a Rua da Azenha e a Rua da Devesa estavam em mau estado mas que esta era uma das que não tinha saneamento, tal como a da Curtinha, fazendo todas parte de um pacote onde está a tratar-se primeiro do saneamento, estando também já previsto o asfaltamento. Sobre a estrada principal, ela iria ser requalificada e portanto não se ia proceder agora a asfaltamento. Relativamente à vedação da Presa, confirmou que a obra seria realizada este ano, tal como estava planeado e já anunciado.

35 No referente à cedência de instalações públicas a coletividades, esclareceu que não se podiam confundir as situações dos dois casos apresentados já que a antiga escola do Grandal não tinha sido alvo de cedência mas sim de aquisição, sendo, por isso, um edifício privado. Reconheceu, no entanto, que a escola de Soutelo apresentava alguns sinais de degradação, sobretudo nas traseiras. Informou que tinha sido a Junta a andar lá a limpar e a arranjar umas fugas de água e que estava consciente dos constrangimentos financeiros que as coletividades enfrentam, concordando no entanto que havia necessidade de responsabilizar quem lá está. Entendia que ela reclamava uma intervenção diferente,

40

mas não podia esquecer que se tratava de um edifício camarário, pelo que a Junta não podia fazer lá o que entendesse.

Sobre a postura do trânsito na Rua dos Passais, lembrava-se que havia sido lá colocado, há vários anos, um sinal de sentido único, que tinha durado apenas um fim de semana dada a controvérsia que gerou.

5 Agradeceu a sugestão de Domingos Castro, confessando que nunca se tinha apercebido dessa necessidade já que, sempre que lá passa, naturalmente para, não fazendo uso da regra da prioridade. Relativamente aos Caminhos de Santiago, concordou que a zona está em mau estado, comprometendo-se a realizar a limpeza a curto prazo e informou que a pavimentação era uma das prioridades já assinaladas para o próximo ano, algo já acordado com a Câmara, na sequência da reunião da quarta-  
10 feira anterior.

Sobre a “Casa do Gaio”, esclareceu que quando se apercebeu da retirada dos escombros da casa, informou a Câmara e solicitou para que procedesse à fiscalização da obra. Insistiu que não se viam ainda sinais de reconstrução, mas apenas de retirada de escombros. Lembrou que a Junta tentou adquirir o imóvel mas que não podia pagar aquilo que pediam, duzentos mil euros, não tendo por isso  
15 havido acordo. De qualquer forma, a Junta estava atenta à situação.

Relativamente à escadaria da casa mais acima, o que a Junta fez foi notificar o proprietário, sendo ele o responsável por qualquer dano que possa surgir.

Informou que todo o espaço onde a escultura foi instalada iria ser requalificado, aproveitando justamente a oportunidade criada pela iniciativa, tal como já tinha sido informado.

20 Explicou que tem batalhado, e convidando outros a fazê-lo, sobre a necessidade de se proceder a uma recolha mais célere do lixo dos Ecopontos, evitando também a acumulação de outros lixos no local, mas ia percebendo que os processos não mudaram, ou então as pessoas faziam separação de lixos mais frequente e enchiam os Ecopontos mais rapidamente. No que se referia à hora em que as recolhas são feitas e ao excesso de barulho durante a recolha, iria informar quem de direito.

25 Sobre a demolição da “Casa do Canastro”, clarificou que competia à Junta acompanhar a obra mas não fiscalizá-la, e isso aconteceu já que a Junta estava lá e esteve de princípio ao fim. Relativamente à questão do acidente, dentro do perímetro da obra ou não, competia aos fiscais fazer essa apreciação, e às entidades competentes, nomeadamente, a Polícia Judiciária.

30 Sobre as obras de requalificação junto à Casa Mortuária, refutou algumas acusações e apontou algumas contradições na intervenção de Tóni Valente, tendo motivado várias interrupções por parte do próprio para explicar melhor o que quis dizer, e aproveitando para reforçar alguns pontos da sua intervenção. No entanto, dada a distância ao dispositivo de gravação, o discurso não ficou integralmente perceptível no áudio.

O presidente sublinhou que confiava no profissionalismo dos trabalhadores e que havia sido pedida, ao empreiteiro e à Câmara, mais celeridade na obra para minimizar transtornos naquela zona por causa da altura dos Fiéis.  
35

Continuando, falou da descoberta do poço naquela zona e dos trabalhos a que ele obrigou, apontado isso também como uma das razões do atraso da obra, explicando que a ideia era aproveitar a água para o Cemitério e para a casa Mortuária, o que qualificou de importante. Tóni Valente interrompeu  
40 para criticar a utilização do poço.

O presidente afirmou que não era verdade que não acompanhava a obra ou que os trabalhadores não o conheciam já que, ainda ontem, tinha estado com eles a encontrar uma solução para levar ao

vereador. No final, abordou a questão da iluminação: havia um compromisso com a EDP para reestruturar a parte elétrica, pondo os postes, mas nada de subterrâneo; aquela zona iria levar a iluminação que não tem e que estava a tentar, no troço até à Cerejeira, colocar candeeiros de pé, mas isso não podia prometer.

5 Sem outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrado o período aberto ao público.

Ato contínuo, Maria João Coimbra procedeu à leitura da minuta da ata.

**Ivo Gomes** apresentou dois reparos à minuta: um, sobre o voto de louvor apresentado, que não era de Manuel Santos mas sim da bancada do PS; outro, relativamente ao facto de no texto da minuta haver membros cuja identificação é feita com o nome próprio e o apelido, enquanto outros têm o nome completo.

10 Apesar de não compreender o objetivo, o presidente da Mesa aceitou o reparo.

A Minuta foi aprovada por unanimidade, num total de treze votos. De seguida, foi imprimida, rubricada e assinada.

15 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, integrando dezoito páginas.

Fiães, 28 de setembro de 2018

20

**O Primeiro Secretário**

**O Segundo Secretário**

---

Maria João Baptista Coimbra

---

Manuel Jasmim Pinho

**O Presidente**

---

Luís Filipe de Sousa Cálix